



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Equipe Regional de Negociações

## **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL**

**UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

**FANAVID FÁBRICA NACIONAL DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.286.613/0001-62, na Rua dos Machados, n.º 147, sala 04, Vila Guilherme, CEP 02052-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominada “Requerente”;

**MACLEVI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 55.214.837/0001-25, com endereço na estabelecida na Rua Eduardo Leopoldo, n.º 413, Vila Guilherme, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominada “Requerente”;

**JOSÉ MANSUR FARHAT**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 2.872.724-SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º [REDACTED] residente e domiciliado na Rua Georges Agrícola, n.º 152, CEP 05678-050, Cidade Jardim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominado “Interveniente-Anuente”.

Requerentes e Interveniente-Anuente serão, doravante, denominados Proponentes.

Proponentes e Fazenda Nacional serão denominados individualmente Parte e, conjuntamente, Partes.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei n.º 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei n.º 13.988/2020 e na Portaria PGFN n.º 6.757/2022.



## **1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL**

**1.1.** A presente transação tem por objeto a regularização da situação fiscal das Requerentes perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, consistente em:

**1.1.1.** Plano de amortização da totalidade dos débitos das Requerentes inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) e do FGTS, bem como de débitos ainda não inscritos em DAU, em fase de cobrança administrativa na RFB, observado o disposto no item 1.2 abaixo.

**1.1.2.** Oferecimento e aceitação de garantias;

**1.1.3.** Encerramento de litígios administrativos e judiciais;

**1.2.** O passivo fiscal transacionado das Requerentes é composto pelos débitos e respectivos processos administrativos não regularizados indicados no Anexo I.

**1.2.2** Com relação aos créditos não inscritos indicados no Anexo I, os Proponentes: (i) declaram que não são objeto de impugnação, manifestação de inconformidade ou recurso administrativo, pois, nesse caso, a atribuição para conduzir a transação é da RFB, nos termos da Portaria RFB nº 247/2022; e (ii) se obrigam a desistir de quaisquer impugnações, recursos e ações judiciais que estejam obstando a regular inscrição em Dívida Ativa, bem como a renunciar aos direitos em que se fundam.

**1.2.3** A desistência e a renúncia referidas no item 1.2.2 acima deverão ser formalizadas por meio de petição, devidamente protocolada, em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do presente termo.

**1.2.4** Após a inscrição em Dívida Ativa referida no item 1.2.2 acima, a Fazenda Nacional promoverá a revisão da conta da Dívida Transacionada para inclusão dessas dívidas.

**1.2.5** A revisão da conta da Dívida Transacionada não poderá, sob nenhuma hipótese, alterar o prazo máximo da Transação, previsto no item 2.1 abaixo.

**1.2.6** A revisão da conta da Dívida Transacionada poderá alterar o valor das prestações mensais vencidas, com a consequente apuração de saldo devedor. Nessa hipótese, os Proponentes obrigam-se a efetuar o pagamento complementar até o último dia útil do mês subsequente à revisão.



**1.27.** A Fazenda Nacional fica desobrigada de proceder à revisão da conta da Dívida Transacionada, caso os Proponentes não cumpram o prazo previsto no item 1.2.3 acima.

**1.3.** Enquanto vigente a Transação, a Dívida consolidada e transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

**1.3.1.** O disposto no item 1.3 não impedirá a inscrição em Dívida Ativa dos créditos que estejam em fase administrativa na data de assinatura do Acordo e que são objeto da Transação.

**1.3.2.** Com relação aos créditos em fase administrativa indicados no Anexo I, consideram-se afastados os impedimentos à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa apenas após a regular inscrição em Dívida Ativa e a revisão da conta da Dívida Transacionada, conforme previsto nos itens 1.2.4 a 1.2.6 acima.

## **2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA**

**2.1.** Considerando: a) a situação econômica das Requerentes; b) a necessidade de viabilizar a superação da sua situação transitória de crise; c) os valores envolvidos, a situação das dívidas e o *rating* D da devedora principal, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo II:

**2.1.1.** Em relação ao FGTS, quitação da dívida inscrita em 48 (quarenta e oito) parcelas, com desconto de 29,81% (vinte e nove vírgula oitenta e um por cento) (Modalidade 20) e, em relação à Contribuição Social da LC 110/01, quitação da dívida inscrita em 20 (vinte) parcelas, com desconto de 50% (cinquenta por cento) (Modalidade 6).

**2.1.1.1.** O valor de cada parcela será corrigido de acordo com o disposto na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

**2.1.2.** Em relação aos Demais Débitos e débitos Previdenciários, desconto máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento) do total do valor transacionado, e individualmente considerado a cada uma das CDAs, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos).



**2.1.3.** Pagamento da Dívida Transacionada de natureza não previdenciária (“Dívida Transacionada – Demais Débitos”) em até 108 (cento e oito) prestações mensais, sucessivas e escalonadas, conforme Anexo II, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo.

**2.1.4.** Pagamento da Dívida Transacionada de natureza previdenciárias (“Dívida Transacionada – Previdenciária”) em até 60 (sessenta) prestações mensais, sucessivas e escalonadas, conforme Anexo II, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo.

**2.1.5.** Utilização de crédito a título de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para amortização de até 70% (setenta por cento) do saldo devedor após a aplicação dos descontos, tendo em vista as particularidades do caso concreto e as contrapartidas oferecidas pela Requerente em relação ao prazo de pagamento.

**2.1.6.** A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de 5 (cinco) anos da sua utilização, mantendo-se as garantias dos débitos eventualmente existentes até a quitação integral do saldo devedor do Acordo de Transação.

**2.1.7.** O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial e atualizada do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

**2.2.** A formalização da Transação importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do negócio, nos termos do art. 174, §único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), servindo para suspender e interromper o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do Acordo, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação seja parcial.

**2.3.** A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração desta Transação.





### **3. DAS GARANTIAS**

**3.1.** A formalização do presente acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

**3.2.** Adicionalmente, os Proponentes oferecem como garantia da transação:

- Bens imóveis: **(i)** de propriedade da Proponente MACLEVI: imóveis de matrículas nºs 66.312 (13º CRI/SP); 107.912; 107.913; 107.914; 107.915; 107.916; 107.917; 107.918 (todos registrados no 7º CRI/SP); 102.287; 102.288 (ambos registrados no 3º CRI/SP); 5.886 (17º CRI/SP); 6.667 (17º CRI/SP); 10.980 (17º CRI/SP); 23.813; 39.306; 39.307 (todos registrados no 17º CRI/SP); **(ii)** de propriedade da Proponente FANAVID: imóveis de matrículas nºs 38.490 e 34.491 (ambos registrados no 1º CRI/Guarulhos); **(iii)** de propriedade do sócio interveniente-anuente José Mansur Farhat: um lote de terreno – lote 32 – Balneária Sol e Mar (Balneário Camboriú/SC); um lote de terreno – lote 37 – balneária Iracema (Corumbá/MS); um lote de terreno – lote 350 – Jardim Tercasa – Mairiporã; um lote de terreno – chácara 294 – Primavera de Embu Guaçu – SP;
- Direitos e ações: 5.287.851 quotas da empresa Fanavid Nacional de Vidros de Segurança Ltda, avaliadas em R\$ 5.287.851,00; 9.600 quotas da empresa Saint Mariane Participações Ltda, avaliadas em R\$ 9.600,00; 4.647 ações da empresa Vidro Plano – Savisa, avaliadas em R\$ 5.690,71, todos de propriedade do sócio interveniente-anuente José Mansur Farhat.

**3.3.** No prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do presente termo, os Proponentes se comprometem a formalizar a penhora dos imóveis relacionadas no Anexo III nos autos da Execução Fiscal nº 0046102-76.1999.403.6182, em trâmite 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo.

**3.4.** Os Proponentes anuem com a utilização do Sistema COMPREI da PGFN, regulamentado pela Portaria PGFN/ME nº 3.050/2022 e pela Instrução Normativa CGR nº 40/2022, para eventual alienação dos bens imóveis já penhorados em Execuções Fiscais.

### **4. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS**

**4.1.** Os Proponentes reconhecem e confessam, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo pagamento dela, confissão essa



renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

**4.2.** Expressa e irrevogavelmente, os Proponentes desistem das impugnações, PRDIs ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo expediente e/ou processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

**4.3.** A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime os Proponentes do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

**4.4.** Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, os Proponentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, formalizar as garantias previstas na cláusula 3, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

**4.5.** Durante o período de vigência desta Transação, a Fazenda Nacional não se oporá à suspensão das execuções fiscais relativas às inscrições transacionadas e não serão adotadas outras medidas executivas, além das previstas no presente instrumento.

**4.6.** Os depósitos judiciais eventualmente vinculados aos débitos e ações judiciais objeto do presente Acordo serão imediatamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs, antes da consolidação da conta de Transação, sem aplicação de descontos.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1.** A Fazenda Nacional obriga-se a:

**5.1.1.** Presumir a boa-fé dos Proponentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;

**5.1.2.** Notificar os Proponentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;



**5.1.3.** Tornar públicas todas as negociações firmadas com os Proponentes, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

**5.1.4.** Prestar aos Proponentes os esclarecimentos que se fizerem necessários no curso da transação;

**5.2.** Os Proponentes aceitam as condições da transação e assumem as seguintes obrigações:

**5.2.1.** Declarar, sob as penas da lei, que preenchem os requisitos da Lei 13.988/2020 para gozo dos benefícios específicos da presente modalidade de transação;

**5.2.2.** Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;

**5.2.3.** Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

**5.2.4.** Declarar que não utilizam pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

**5.2.5.** Declarar que não alienaram ou oneraram bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

**5.2.6.** Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

**5.2.7.** Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;

**5.2.8.** Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

**5.2.9.** Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;



**5.2.10.** Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;

**5.2.11.** Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

**5.2.12.** Manter-se regular e em dia com as Transações e Parcelamentos em curso, quitando mensalmente as parcelas devidas;

**5.2.13.** Manter, durante 5 anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprobatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.

**5.2.14.** Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte.

**5.2.15.** Manter-se optante pela tributação pelo regime do lucro real durante toda a vigência do acordo, tendo em vista a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação.

## **6. HIPÓTESES DE RESCISÃO**

**6.1.** Implicará rescisão da Transação:

**6.1.1.** A permanência de 3 (três) parcelas não quitadas integralmente, consecutivas ou não.

**6.1.2.** A falta de pagamento das duas últimas ou da última parcela da transação.

**6.1.3.** A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao





esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração.

**6.1.4.** A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, das Requerentes.

**6.1.5.** A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992.

**6.1.6.** A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996.

**6.1.7.** O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

**6.1.8.** O não peticionamento nos prazos previstos, pelos Proponentes, nos processos administrativos e judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos; c) solicitar a transformação em pagamento definitivo dos valores bloqueados e/ou depositados nas ações judiciais objeto do presente acordo; d) formalizar as garantias previstas no presente termo.

**6.1.9.** O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

**6.1.10.** A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais.

**6.1.11.** A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial dos Proponentes como forma de fraudar o cumprimento da Transação.

**6.1.12.** A comprovação de que os Proponentes se utilizam de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional.



**6.1.13.** A comprovação de que os Proponentes incorreram em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

**6.1.14.** A não confirmação do Prejuízo Fiscal e/ou da Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente, nos termos do art. 39 da Portaria PGFN nº 6.757/22, sem o correspondente recolhimento, via DARF, em até 30 dias, da diferença apontada.

**6.2.** A rescisão da transação implicará:

**6.2.1.** A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência das Requerentes.

**6.2.2.** A execução automática das garantias.

**6.2.3.** A revogação de Certidão de Regularidade Fiscal emitida durante o curso do Acordo.

**6.3.** Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 77, III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

**6.4.** Os Proponentes serão notificados sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do portal REGULARIZE ou de endereço eletrônico lá cadastrado.

**6.5.** Os Proponentes poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

**6.5.1.** A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

**6.5.2.** Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo aos Proponentes acompanhar a respectiva tramitação.



**6.5.3.** A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

**6.5.4.** Os Proponentes serão notificados da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

**6.5.5.** O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

**6.5.6.** Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

**6.5.7.** A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.

**6.5.8.** Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pelos Proponentes, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irrisignação.

**6.6.** Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, os Proponentes deverão cumprir todas as exigências do acordo.

**6.7.** Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

**6.8.** Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

## **7. DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL**

**7.1.** A dívida inscrita transacionada não constituirá impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor das Requerentes, desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), enquanto vigente o acordo e o pagamento das parcelas estiver regular.

**7.2.** Nos termos do art. 156, III, do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da



celebração do acordo, inclusive a confirmação do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**8.1.** A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelas Requerentes, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

**8.2.** A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, e demais acréscimos legais sobre os débitos transacionados.

**8.3.** O presente termo de transação individual não pode implicar na redução do montante principal do crédito inscrito em Dívida Ativa.

**8.4.** A formalização do acordo de transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pela Requerente, dos débitos transacionados.

**8.5.** A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 a 61 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 (SEI nº 19839.103181/2023-03) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

**8.6.** Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

**8.7.** Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Equipe Regional de Negociações

## 9. DOS ANEXOS

9.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

**Anexo II:** Plano de pagamento acordado;

**Anexo III:** Relação dos bens e direitos oferecidos em garantia da transação e respectivos gravames.

São Paulo, 29 de novembro de 2023.

**Leandro Moraes Groff**  
Procurador da Fazenda Nacional

**Debora Martins de Oliveira**  
Procuradora da Fazenda Nacional

**Gabriel Augusto Teixeira Gonçalves**  
Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região

**Mariana Fagundes Lellis Vieira**  
Procuradora Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região

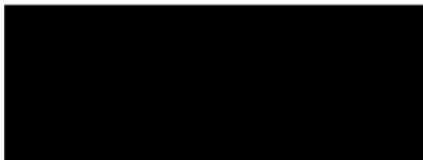


Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN  
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3  
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA  
Equipe Regional de Negociações



Darlon Costa Duarte

**Coordenador Geral de Recuperação de Créditos da PGFN**



João Henrique Chauffaille Grognet

**Procurador Adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS**



FANAVID Fábrica Nacional de Vidros de Segurança Ltda



MACLEVI Administração e Participações Ltda



Jose Mansur Farhat